

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio

Aos 13 (treze) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), 23 (vinte e três) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) mais 41 (quarenta e um) convidados, conforme registros de presença em videoconferência e lista de presença, estiveram reunidos por meio do aplicativo gratuito Microsoft Teams. A Reunião Ordinária foi convocada através do Ofício SEI nº 389/2022 NGI ICMBio Teresópolis, expedido em 04 de julho de 2022 pelo Presidente do CONPARNASO e Chefe do NGI Teresópolis, Victor Paulo Azevedo Valente da Silva, tendo como pauta única: a Delegação de Serviços de Apoio à Visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Victor Valente (ICMBio/Presidente do Conselho) abriu a reunião dando as boas-vindas a todos, apresentando-se como atual chefe do NGI ICMBio Teresópolis e apresentando Danielli Roig Fernandes (Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios, CGEUP/DIMAN/ICMBio) e Gustavo Calil de C. Silva (Departamento de Estruturação de Projetos de Infraestrutura Socioambiental do BNDES). Antes de iniciar a pauta, Marcus Gomes (ICMBio/Secretaria Executiva CONPARNASO) informou sobre a renovação da composição do conselho que foi proposta em reunião ordinária com este fim, que oficialmente é um processo em etapas até sua homologação, portanto as instituições-membro que tomaram posse em 2019 continuam vigentes. Fabio Nascimento (Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA) questionou se esta reunião representa posição do ICMBio ou apenas do BNDES e Marcus respondeu que será esclarecido ao longo da apresentação. Danielli Fernandes iniciou sua fala agradecendo a oportunidade e explicando que o ICMBio contratou o BNDES para ajudar na estruturação do projeto de concessão, ressaltou que nada está finalizado pois os estudos ainda são preliminares e nada será feito sem o conhecimento da sociedade civil, ela se pôs à disposição para sanar todas as dúvidas da Nota Técnica da Câmara Temática (CT) Temporária, aprovada em março pelo Conselho e enviada anteriormente, e para quaisquer outras dúvidas referentes ao projeto de concessão; agradeceu a presença de todos e passou a palavra para Gustavo Calil que iniciou sua fala abordando sobre a transparência do BNDES em todo o processo e que a documentação que foi enviada anteriormente possuía um caráter demasiadamente preliminar, portanto não era esperado ser enviada ao Conselho e que a documentação já sofreu vários ajustes e correções, e que ainda assim o que será mostrado em sua apresentação é um projeto de caráter ainda preliminar; explicou que a proposta elaborada pela consultoria é sempre baseada em visão de mercado e de projetos e

que é ajustada ao longo de um processo vagaroso, pois deve passar por consultas e audiências públicas e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para só depois o edital ser fechado, e até esse momento o projeto ainda está aberto a mudanças da sociedade civil e do Conselho; Em seguida, iniciou a apresentação do BNDES de título “Estudos para Concessão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos” que se encontra em anexo; de imediato, foi questionado pela servidora Cecília Cronemberger (ICMBio) que o título deveria ser “Estudos para a Concessão de Serviços do Uso Público do Parque Nacional da Serra dos Órgãos”; Gustavo respondeu que isso será tratado durante a sua explanação. Durante a apresentação, especificamente no ponto sobre investimentos obrigatórios, Leonardo Martins Gomes (Coordenador de Uso Público do PARNASO, ICMBio) comentou que o ICMBio está montando uma política de linguagem arquitetônica em UCs e que logo haverá um caderno referencial que vai balizar essas análises de estruturas de projeto de concessão e de obras apresentadas pelo ICMBio, não para que seja um modelo homogêneo, mas para que as linguagens de cada nova infraestrutura respeitem o local que está sendo inserida. Gustavo retomou explanando sobre o caderno de encargos, que foi questionado pelo chat, ele explicou que em qualquer concessão haverá esse documento, e que nele são elucidadas todas as obrigações que o ente privado deve cumprir descritivamente seguindo critérios de sustentabilidade, diretrizes construtivas, tempo investido em cada infraestrutura, tempo de construção máximo e afins. Danielli complementou afirmando que disponibilizará o link das consultas públicas de Jericoacoara e de Chapada dos Guimarães que já têm cadernos de encargos produzidos, para fins de conhecimento, pois cada caderno é específico de cada UC, Gustavo prosseguiu com a apresentação, que foi interrompida por 30 minutos por falha na internet; Carlos Eduardo Grelle (Departamento de Ecologia - UFRJ) solicitou o caderno de encargos e a apresentação em PDF nos grupos de *whatsapp* para que possam acompanhar, e questionou por quem será feito esse caderno e se será feito de forma unilateral. Marcus esclareceu que ainda não há caderno de encargos e Danielli voltou a dizer que todo o projeto se encontra em estudos preliminares dos produtos e que só após essa etapa ser concluída se inicia o trabalho de confecção do caderno de encargos e, em seguida, das minutas de edital e de contrato, explicou que atualmente estamos na primeira fase desse processo e que quando há o caderno de encargos já existe a prerrogativa sobre o uso do parque pela concessão. Gustavo retomou sua apresentação abordando sobre as fases do processo de concessão que ainda se encontra na fase de estudos especializados, explicou que o caderno de encargos é sucedido pela consulta pública, e a versão preliminar desse caderno será

disponibilizado para o conselho avaliar e opinar, é enfatizado que esse documento ainda não existe, e que este é composto de insumos recebidos dos Produtos 1 e 2 (P1 estudo de demanda e P2 o projeto conceitual de engenharia) que ainda está em versão preliminar passando por ajustes com todas as informações e contribuições que são trazidas pelo Conselho, e que só após esses documentos serem minutados, se passa para a fase de consulta pública em que todos os documentos editalícios são disponibilizados para a sociedade através da internet quando se podem fazer mais contribuições, nesse momento é elaborada uma minuta de caderno de encargos mais robusta; após a fase de consulta pública, todos esses documentos passam pelo TCU que também analisa e novamente são feitos ajustes para o lançamento do edital. Após a explicação, Gustavo retornou ao tópico de serviços obrigatórios; Leonardo comentou que na gestão da concessionária Hope havia um total de 36 funcionários, que a limpeza e a vigilância eram despesas arcadas pelo Instituto Chico Mendes e que agora será de responsabilidade do concessionário. Danielli complementou que o contrato da Hope era um modelo diferente das atuais concessões, que aquela modelagem não abarcava vários serviços de apoio à visitação e que na nova modelagem serão abarcados serviços a serem executados com mais qualidade para a experiência do visitante. Leonardo afirmou, em relação ao modelo de concessão de 2009, que era prevista manutenção da Travessia Petrópolis - Teresópolis, do Véu de Noiva até a Barragem, que na época tanto o concessionário como o ICMBio não previram mão-de-obra para atender aquele ponto e que a partir da aprendizagem desse modelo anterior é previsto agora um plano para que não ocorra a mesma situação. Gustavo prosseguiu, Cecília questionou o que é o ROVUC exposto na apresentação, na seção “Resposta aos Itens da Carta da Câmara Técnica sobre Concessões” (Nota da Secretaria Executiva: o título da seção é equivocado porque se refere à Nota Técnica da Câmara Temática sobre Delegação de Serviços de Apoio à Visitação), Gustavo respondeu que é um manual do ICMBio que apresenta as oportunidades de visitação na UC, explicou que para algumas Unidades é mais estabelecido e para outras é usada a diretriz geral do ICMBio, que tem foco em estimular a experiência e conexão com o patrimônio natural; ainda na mesma seção, item 08, Cecília externou dúvida sobre a política de cobrança de ingresso, se o valor do ingresso é geral para todas as Unidades de Conservação ou se cada Unidade possui um valor específico; Gustavo apontou que atualmente o valor de ingressos é lançado pelo ICMBio através de portarias, portanto não há um valor específico de ingresso e para que isso não seja um fator de risco, tanto para o concessionário quanto para o visitante, é estabelecido no contrato o critério de um valor teto, que seria o limite máximo que o

concessionário pode cobrar no ingresso; Danielli complementou abordando a Portaria 256 que estabelece a política de cobrança de ingresso no ICMBio, segundo a qual cada UC pode ter reajustes anualmente dependendo do desenvolvimento das ações. Gustavo citou o modelo Chapada dos Guimarães que já tinha um estudo feito pela consultoria que foi contratada pelo Ministério do Turismo (UNESCO) e nesses estudos foi visto que o valor do ingresso era muito alto e o investimento não era coberto, visto isso, foi apresentado na primeira consulta à sociedade o valor inicial de investimento que era de 40 milhões de reais não era sustentável, e nessas discussões ele explica que foram retirados o que não era importante reduzindo o investimento do concessionário em 20 milhões de reais e o ingresso ficou em torno de 23 reais, sendo a forma de abarcar as necessidades do ICMBio, do concessionário e suprir a necessidade do visitante; ele expôs que foi feito algo similar na revisão do modelo anterior do projeto do PARNASO apresentado para o Conselho no qual os investimentos em Petrópolis eram muito altos acarretando no aumento expressivo do valor do ingresso, portanto foi ajustado para que o centro de visitantes seja um pouco menor assim como o estacionamento e alojamento, para que os custos do investimento sejam menores e assim o valor do ingresso possa baixar. François Paiva (UNICERJ) questiona se em cada sede será cobrado um valor de ingresso, Gustavo aponta que sim, o valor pode ser cobrado de maneira diferente para cada sede desde que não ultrapasse o valor teto diário do valor do ingresso. A servidora Priscila Santos (ICMBio) convidou a todos a fazerem uma reflexão acerca dos valores de ingresso, pois determina o acesso da sociedade ao parque, e que as pessoas mais pobres são as que menos possuem acesso à natureza; enfatizou que o ingresso gratuito deve ser garantido, que o lucro seja visto no sentido de justiça e que seja priorizado o acesso da sociedade, não o lucro do concessionário. Gustavo respondeu explicando como funciona o modelo econômico que é utilizado nas concessões, que não há lucro do parceiro privado, o modelo apresenta o custo de capital, cuja metodologia de cálculo é estabelecida em um manual da Secretaria do Tesouro Nacional, chegando a um percentual de remuneração de custo do capital do parceiro; citou o exemplo de Jericoacoara e Guimarães onde esse custo estabelecido com base no manual foi de 9,38%; afirmou que esse custo varia entre os projetos, mas que todas as contas são feitas com base na inflação e no coeficiente de rendimento determinado no manual, que estabelece o custo do capital ao longo do tempo, para calcular a remuneração do parceiro privado para prestar o serviço; explicou que essa metodologia permite realizar o cálculo de risco real do projeto, e esse valor é chamado no modelo de custo de capital (WACC) que remunera o parceiro privado, não havendo lucros exorbitantes, pois o

percentual que é lançado nesse modelo é o que ele vai receber no decorrer do tempo; acrescentou que esse percentual é estimado antes do projeto, e que o custo ponderado de capital é utilizado em todos os modelos de projetos pra que o parceiro privado avalie se vale a pena ou não entrar no projeto, nesse ponto que é trabalhado valores de ingresso, percentual de gratuidades e investimento, para que no final seja uma conta zerada, para que o custo e a remuneração no final se paguem, ou seja, zero. Gustavo explicou que é assim que funciona o modelo econômico desse tipo de projeto. Indagando o item 10 da “Resposta aos itens da Carta da Câmara Técnica sobre Concessões” que trata sobre autorização e permissão, François (UNICERJ) questionou se há a possibilidade de ter duas concessões ao mesmo tempo e caso exista ele solicita um exemplo em que isso tenha ocorrido. Leonardo responde, abordando sobre o exemplo de Petrópolis, onde foi adquirido um imóvel em que fazia sentido que a antiga concessionária fizesse uso do espaço para atendimento do visitante, porém, esse uso foi negado pelo ICMBio por questões contratuais, e portanto, uma outra concessionária poderia fazer uso daquele espaço, mas atualmente é permitido que o uso do espaço seja usado tanto pela a concessão já contratada como por uma nova concessão/autorização/permissão a depender do ICMBio. Waldecy (FEMERJ, Coordenador da Câmara Temática Temporária sobre Delegação de Serviços de Apoio à Visitação do CONPARNASO) pediu a palavra para trazer a Nota Técnica nº02 da CT (em anexo), em complemento à Nota Técnica nº01 de março último, enfatizando que o modelo de uma concessão de 30 anos é muito longo e por isso ele traz as diferentes modalidades de delegação (autorização/permissão/autorização) pois segundo ele, se a concessão não cumpre o esperado, o Instituto apenas multa e nada muda de fato, como foi visto com a concessionária Hope que só saiu após o término do contrato. Em seguida, Clara Lemos (UERJ), que também atua na CT Temporária, ressaltou que o Conselho não quer apenas ser escutado, mas pretende colaborar ativamente na construção do modelo de parcerias; e que, apesar do olhar crítico, acredita no potencial do turismo em gerar benefícios para a sociedade como um todo, aproximando-a de seu patrimônio; falou sobre o setor mais antigo que faz concessões: o setor de transporte público; ela apontou a importância de analisar experiências provenientes de outros setores ao se falar de concessões, e abordou um relatório publicado pelo WRI (World Resources Institute) que balizou a construção de novos modelos de concessão de transporte público ao concluir que o modelo das últimas décadas não acarretou em benefícios para a população, gerando aprendizados e propostas de inovação em modelos de contrato de concessão; assim, relatou algumas recomendações dadas nesse estudo: contratos de duração

muito longa tendem a fomentar o domínio do setor por um número restrito de empresas que detêm os ativos exigidos no processo licitatório e, assim, acabam por minar a competitividade e retardar a inovação tecnológica; com menor duração, os contratos também proporcionam mais flexibilidade para responder a mudanças e acompanhar novas tendências, além de diversificar fontes de receita para o transporte coletivo e buscar a modicidade tarifária; Clara afirmou que não teve tempo de ler a documentação atual completa da consultoria e que tem algumas contribuições com base na primeira documentação: solicitou que se repense a ampliação de estacionamento no Parque, pois aumentado a oferta de estacionamento estimula-se o uso do carro individual. Nesse momento, a Secretária Elizabeth Mazzi (Secretaria Municipal de Turismo de Teresópolis) a interrompeu, aproveitando o tema, para falar a respeito de um projeto que tratou com Leonardo (ICMBio) e que objetiva trazer ao Parque uma linha turística de ônibus com o valor de tarifa um pouco acima do normal, cerca de 3 vezes o valor atual de R\$ 4,40 da tarifa urbana, e que está avaliando a revitalização de um pequeno ônibus que possa adentrar o parque; segundo ela, Leonardo aceitou estudar toda a logística e o impacto que a linha pode acarretar e que a questão está em análise pela Procuradoria do Município. A professora Clara retomou sua fala destacando que, para que as pessoas andem de transporte público, é preciso restringir o uso do transporte individual assim como o número de vagas de estacionamento de carros; sobre o valor do ingresso ter relação direta com o volume de investimento e serviços inseridos na modelagem, ela levantou que seria interessante discutir sobre o que é absolutamente essencial em termos de estrutura e serviço e o que é secundário para desenhar em termos de priorização sobre o que se deve abrir mão; ela também ressaltou que o diálogo com os montanhistas é indispensável para a realização de reformas e estruturas necessárias nos abrigos; enfatizou também que se deve ter muito claro que tipo de visitação/turismo se almeja dentro da Unidade, quais objetivos se pretende alcançar; sobre uso de infraestrutura/casas para aluguel por temporada que constava na primeira documentação, ela alertou que é uma situação extremamente delicada, ela exemplifica que o Airbnb que é uma plataforma de aluguel por temporada baixou uma diretriz internacional que proíbe festas dentro das casas, por conta de conflitos e problemas que ocorreram para a plataforma, então é algo que deve ser repensado para uma Unidade de Conservação; quanto à manutenção da infraestrutura de pesquisa, ela declarou que não se pode depender de receita de ingresso de concessão, pois tal garantia deve ser uma política institucional do ICMBio, sobretudo no PARNASO que é referência na área de pesquisa para outras unidades de conservação, pois oportuniza muita pesquisa ao assegurar

a estrutura e as condições necessárias na Unidade; por fim, abordou o modelo de verificação de conformidade que para ela é preocupante pois, toda a parte de desempenho do contrato será feita pela contratação de uma empresa privada externa indicada pela concessionária e não pelo ICMBio, e isso também poderá ser um fator de encarecimento do modelo. Priscila retomou a palavra para afirmar que a concessão obviamente não vai resolver todos os problemas do parque, e nem deve; e que a escassez de recursos é uma falsa premissa, pois o que não há é política adequada para provê-los, e que se falta recurso para o ICMBio é porque estamos dentro de uma política governamental que escolhe não destinar esses recursos; declarou ainda que o papel da concessão é de auxiliar o ICMBio na prestação de serviço de apoio à visitação, logo, alertou que se deve tomar cuidado quando se aposta na concessão como uma ferramenta para resolver uma questão econômica que antes de ser econômica é política, e para que não se perca o foco da luta por políticas ambientais. Dando continuidade, Gustavo começa a responder à rodada de perguntas, questionamentos e sugestões, iniciando pelas da Priscila, ele afirmou que se sabe que a concessão não é um remédio santo que vai resolver todos os problemas, e que é entendido que o orçamento é político, que é aprovado no Congresso, e que cabe a todos nós como cidadãos termos a nossa participação e cobrança com os nossos representantes, e que a concessão é uma ferramenta para conciliar um problema: não há orçamento disponibilizado para o meio ambiente e para o ICMBio por causa de uma priorização dos nossos representantes eleitos que nós como sociedade escolhemos; enfatizou que a concessão não vai solucionar esses problemas, mas a equipe do BNDES acredita que a concessão libera parte do orçamento do ICMBio para atuar em outras áreas, e assim usar o pouco que tem para fazer um pouco mais, usando a concessão como uma ferramenta para que os recursos do ICMBio sejam concentrados em questões mais voltadas à gestão e conservação. Direcionando sua fala para as contribuições da Câmara Temática, Gustavo agradece muito pois ele considera importante a participação de todos; sobre os modelos de autorização e permissão explanados por Waldecy, repetiu a própria apresentação que os abordou como modelos precários e de baixos investimentos, que não funcionam para todas as situações, entendendo que o modelo de concessão é o mais adequado para o PARNASO pois permitirá mais investimentos, maior infraestrutura e trará outros ganhos na gestão do ICMBio e da Unidade, sendo esse o porquê de não recomendar autorização/permissão; Danielli complementou expondo que quando a permissão é adotada, o ICMBio tem que entregar para o permissionário a edificação do atrativo pronto para uso, pois o mesmo não investirá onde ele pode ser depositado a qualquer momento, e que por essa razão, permissões

são mais difíceis de acontecer. Cecília questiona por que se considera um instrumento precário; Gustavo respondeu que instrumento precário é um conceito jurídico, usado por poder ser revogado a qualquer momento por meio de ato administrativo, diferente do contrato que possui cláusulas e entraves para possíveis revogações. Danielli complementou respondendo ao comentário do Waldecy e alegou que o contrato de concessão não confere a possibilidade de rescisão com a concessionária que não estiver exercendo suas funções corretamente, explicando que existem obrigações de ambos os lados, tanto do ICMBio quanto da empresa; assim, para que a concessão seja retirada existem etapas que devem ser cumpridas e esse processo é demorado; entretanto, o contrato prevê sanções e punições que podem determinar a quebra de contrato; Danielli exemplificou com o caso do Parque de Itatiaia, onde hoje está em análise a documentação da nova empresa que comprou a concessionária Hope e, para que possa assumir a operação, deve estar exatamente igual ao que o edital pedia, podendo assumir se chegar em todos os parâmetros obrigatórios do edital, não alcançando esses requisitos o contrato caduca e Itatiaia passará pelos mesmos trâmites que estamos seguindo no PARNASO para uma nova concessão e para que a operação seja mantida. Gustavo prosseguiu com as respostas explicando que o acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) solicitado pela CT não é possível, pois o processo ainda não existe; Danielli acrescentou que o processo não está cadastrado no SEI porque não é possível cadastrar documentos que estão em constante modificação, e que somente após o fechamento do documento que ele é posto no SEI. Cecília questionou se não podem fazer um processo e inserir as notas técnicas do Conselho e as Atas das reuniões, ao que Danielli respondeu que isso deve ser feito pela Unidade e que o Leonardo e Victor podem organizar, Leonardo apontou que as Atas do Conselho ficam disponíveis no processo do próprio Conselho. Quanto aos apontamentos da professora Clara relativos à hospedagem, Danielli respondeu que não consta mais no projeto. Gustavo agradeceu a contribuição da professora e respondeu que, em relação aos contratos longos, a concessão tem prazo determinado na legislação que varia de 5 a 35 anos, e que para se determinar o prazo aproximado das concessões é feita uma estimativa de *payback*, isto é, uma estimativa de tempo para que ocorra o retorno do valor investido para então haver o lucro; explicou que o *payback* deste projeto, que constava na primeira documentação apresentada, era de 13 anos sendo que o *payback* descontado, que é o número que se usa para calcular o tempo da concessão, ultrapassava os 30 anos do modelo, por isso ainda há ajustes a fazer, afirmou que conseguiram ajustar para 29 anos, mas que ainda serão realizados mais ajustes, pois se o *payback* se iguala ao tempo de concessão, nenhuma empresa se interessa; Gustavo

explanou que o tempo estimado para a concessão é longo para trazer estabilidade para o contrato, pois se forem contratos curtos como de 5 em 5 anos, há menos investimentos próximos, trazendo menos estabilidade para o serviço prestado; quanto à questão do estacionamento, afirmou que não é possível inserir um transporte público dentro do projeto, pois é alheio ao escopo da concessão de serviços de apoio à visitação, e como é restrito não tem como incluir no contrato, lembrou que esteve no Parque no último sábado de sol e havia uma fila de carros estacionados irregularmente para adentrar o parque, portanto há uma demanda por estacionamento, pois as pessoas acabam usando a rodovia e seu entorno, por isso o estacionamento maior está presente no projeto para atender essa demanda, para evitar o que acontecia em outras UCs onde estacionavam em locais irregulares. Gustavo explicou que o ordenamento da visitação é feito pelo concessionário, mas que transporte público não pode ser uma condição obrigatória pois está fora do escopo do contrato; enfatizou para deixar bem elucidado que quando forem analisar os documentos pensem que este será aplicado ao longo dos 30 anos, então se a exigência for de um espaço pequeno, não haverá obrigações para um investimento maior, por isso é estimado um tamanho que é entendido como interessante para atender a demanda existente; ele deu exemplo de uma outra Unidade em que no mapeamento de oportunidades ao concessionário há uma oportunidade de um *transfer* da cidade mais próxima para àquele parque, o qual pode ou não agregar caso o concessionário julgue que seja vantajoso para ele, e isso pode ser feito na Unidade também. Leonardo aproveitou para falar sobre a situação de deslocamento entre as sedes Teresópolis e Petrópolis relacionado ao estacionamento para quem faz travessia, que devem deixar o carro em uma cidade pegar transporte até a outra para então conseguir realizar a travessia, e a linha urbana entre as cidades não são vantajosas, portanto, a necessidade de um *transfer* de Teresópolis para Petrópolis é uma questão posta em pauta, Gustavo confirmou que essas questões estão sendo estudadas. Sobre a hospedagem por temporada, Gustavo explicou que essa possibilidade existia no produto preliminar na 1ª documentação porque a equipe da consultoria trabalhou demandas e identificou essa oportunidade, mas o ICMBio e o BNDES em conversa com os consultores chegaram ao entendimento que não era uma ideia interessante, então um ajuste torna obrigatória a manutenção/reforma dessas infraestruturas, mas não determina que seja feito o uso de hospedagem, sendo uma discricionariedade do concessionário caso futuramente for de sua vontade fazer uso da infraestrutura. Ele informou que a próxima versão trará questões obrigatórias do concessionário e um anexo que apresenta as oportunidades que o concessionário poderá

ter. Sobre as infraestruturas para atividades de pesquisa, Danielli expõe que sua gestão não depende da concessionária, pois a concessão é de apoio apenas das áreas do uso público, portanto a pesquisa continua sendo de responsabilidade do ICMBio, o único papel da concessionária é o de melhorar e manter a infraestrutura necessária. Leonardo aproveitou para comentar o exemplo do alojamento de pesquisa, essencial do PARNASO que está interditado desde 2018/2019 por uma queda do barranco, e explicou que é obrigação do ICMBio e não foi feito desde então, portanto passar essa obrigação para o concessionário é benéfica. Danielli retomou sua fala explanando que o que foi dito da concessionária colocar dinheiro em pesquisa é uma questão dos macro temas, que é um dinheiro a mais, proveniente de uma porcentagem da receita anual bruta da concessão que poderá ser utilizada pela pesquisa caso a UC, em conjunto com o ICMBio, ache interessante destinar à pesquisa, mas também pode ser colocada para fiscalização ou para proteção (fogo) Quanto ao verificador de conformidade/verificador independente/agente de conformidade, Gustavo explicou que esse é um agente que existe em todo os processos de concessão e que sua função é a de auxiliar o poder concedente, isto é, o ICMBio, na gestão/fiscalização do contrato, ele explicou que esse verificador é um auxiliar que gera um relatório de verificação de conformidade e apresenta ao ICMBio, os relatórios são públicos, disponibilizados na internet, e o ICMBio de posse desse insumo faz sua avaliação e sua própria fiscalização para gerar o resultado esperado do concessionário; explicou ainda que o concessionário faz a indicação de uma lista tríplice sendo regulada no contrato e o ICMBio como poder concedente faz a seleção de um deles para fazer essa verificação de conformidade, há a possibilidade do ICMBio não achar essas escolhas adequadas e solicitar outros três agentes, para ter paridade de ambos os lados. Danielli complementa que esse verificador não é nada mais que uma auditoria para melhorar a gestão desse contrato, para ter mais isonomia, e deixar o contrato mais fluido. Marcus apresentou os próximos a fazerem perguntas: Victor Devai (Coletivo Ponto de Luz), François (UNICERJ), Marcelo Aranda (ACAMPAR Orgânicos), Sandra Arruda (Secretaria Municipal do Ambiente em Guapimirim) e a servidora Cecilia (ICMBio); e aproveitou para ler duas perguntas que foram feitas pelo *whatsapp* por Renata Gouveia (AMA Quebra-Frascos) a qual demonstrou preocupação em relação ao descarte de afluentes sanitários, e questionou se, com a previsão de aumento de fluxo de visitantes, existe no projeto previsão de novas estações de esgoto que neste momento já está bastante saturado. Victor (Coletivo Ponto de Luz) se apresentou como representante do setor social que atua em trabalhos socioculturais e na observância de direitos nas comunidades periféricas da cidade de Teresópolis; observou

que considera importante falar sobre o policiamento do espaço em concessões e projetos de privatização, segundo ele há uma tendência higienista em processos de concessão no sentido do acesso do popular, gerando várias formas de dificultar esse acesso; segundo ele, quer fazer uma provocação de suma importância direcionada aos servidores e ao Conselho: que sejam fortalecidos projetos que quebrem a perspectiva de que o Parque Nacional é só um lugar para se explorar turisticamente, e que seu acesso só pode se dar através dessa perspectiva. Segundo Victor projetos de ocupação popular devem ser fortalecidos pelos servidores; outra provocação é, segundo ele, mais política, para a qual não espera uma solução imediata, pois seu intuito é o de aprofundar a reflexão: de acordo com ele, fala-se muito que a gestão do parque continua com o ICMBio, mas questiona até que ponto o ICMBio tem de fato essa gestão, pois quem tem o poder indireto e informal é o privado, que é quem detém a gestão das condições materiais do parque; Victor expôs que diante da atual conjuntura política no país, não são os processos de conservação que pautam os projetos, mas sim a administração, portanto na criação de um projeto que investe no turismo, pois mais que haja a gestão formal da pesquisa, deve-se questionar até que ponto esse retorno não está escravo da demanda de um determinado público que tem o interesse de consumo sobre o parque; indagou se o parque se torna apenas um produto e se são realmente os servidores que tem gestão desse produto. Thiago Alves (FIOCRUZ) pede um aparte na fala do Victor, considerando que o estudo apresentado pelo BNDES foi feito de acordo com o que é interessante para a concessionária explorar e lucrar e não o com o que é interessante para o usuário, para o parque ou para a gestão/administração como um todo. François (UNICERJ) tomou a palavra abordando sobre o NBV (número balizador de visitantes), na experiência com o Parque de Ibitipoca, o qual havia sido balizado 700 pessoas por dia e, por uma pressão do comércio local, o parque teve que aumentar a demanda para 1.200, portanto ele afirmou que esse acesso diário é uma questão que deve ser vista; outra questão que ele atentou é a de atendimento social do entorno, que sejam priorizadas pessoas da região para empregar e não pessoas de fora. Gustavo esclareceu que em Ibitipoca não há uma concessão ainda, que o número de visitantes era estabelecido no Plano de Manejo, mas com um Termo de Ajuste de Conduta do MPF, esse número passou a variar com o tempo, diminuindo e aumentando, sendo um conceito diferente do NBV, cujo cálculo na época foi feito de uma outra forma. Sobre o atendimento do entorno, Gustavo afirmou que existe um macro tema específico para projetos do entorno na cláusula 12 do contrato que abarca projetos do entorno e de dentro da UC, para geração de emprego e outros; explicou também que no caderno de encargos de Guimarães é possível

ter uma noção de como isso ocorre, e novamente trata-se apenas de uma preferência do concessionário, não sendo possível que seja obrigatório; Danielli complementou apontando uma tendência do concessionário em preferir empregar pessoas do entorno que já conhecem a UC; afirmou também que seria interessante que o Coletivo Ponto de Luz participasse do conselho ou trouxesse propostas de projetos para o conselho para que o concessionário possa aplicar recursos nos projetos do entorno. Referente ao tratamento de esgoto e aumento de resíduos questionado pela Renata, Gustavo explica que dentro dos indicadores de desempenho a gestão de resíduos está inclusa, pois essa questão já foi identificada e foi instituída o tratamento de afluentes que consta na segunda versão do documento apresentado e já está sendo tratado como uma das obrigações do concessionário. Leonardo complementou evidenciando que não concorda que as intenções do projeto são de cunho econômico tal como foram expostas, explicou que quando o ICMBio está fazendo análise dos produtos a visão é da gestão do Parque Nacional precedido por todas as premissas do dia a dia que gerem qualquer UC com todas as regras e doutrinas para gestão do Uso Público bem como de todas as outras áreas temáticas; falou sobre a conclusão conjunta entre a Unidade e o Conselho do que seria o mais caro, o que não abrem mão e pautam para que seja obrigatório, e isso vai sim refletir no valor de ingresso, em obrigações e afins, e que a forma como é olhado para o projeto e ele é modelado, tem sim a ver com o BNDES, que é o parceiro econômico, pois eles possuem a expertise que o ICMBio e o Conselho não têm para montar esse projeto com viabilidade econômica; afirmou que outros projetos fracassaram, por não montarem um serviço de apoio à visitação sem falar da parte econômica, mas que não é ela que norteia, pois sempre são olhados os objetivos estratégicos de gestão da UC. Gustavo complementou, na temática econômica, dizendo que ICMBio já contratou consultorias para estruturação de projetos e, em última instância, quem faz a análise do documento que a consultoria produz é o servidor do ICMBio que muitas vezes não tem essa expertise de melhorias ou o do que funciona ou é viável, por isso foi contratado o BNDES que faz isso há mais de 30 anos que tem toda essa expertise e conhecimento na área. Victor (Coletivo Ponto de Luz) rebateu afirmando que entende essa questão da política, da expertise, do econômico, e que sua provocação foi mais reflexiva no sentido do espaço que o ICMBio está disposto a entregar para o privado, pois segundo ele só existe essa marcação de território se você tem uma demanda econômica, social e política e quem pauta essa demanda hoje é o público que consome, por isso é importante a UC, os servidores e o Conselho pensarem em formas de integrar a sociedade não apenas como consumidora. Iniciando a próxima rodada de

perguntas dos participantes online, Marcelo Aranda (ACAMPAR Orgânicos) contribuiu com algumas questões, primeiramente ele expôs sobre o Art. 04 da Lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades, que preconiza os estudos de impacto de vizinhança, fundamentais para avaliar as dimensões do entorno direto e indireto, considerando importante que aquele que tem interesse em ganhar dinheiro com os bens ambientais deve também estar interessado na biodiversidade e na sociodiversidade, sendo portanto importante incluir nesses documentos prévios que a empresa responsável deve apresentar estudos de impactos na biodiversidade local e sociedade local (população tradicional, pequenos agricultores etc.), e que pesquisadores e instituições sejam contratados para realizar esses estudos de impacto; abordou também sobre os arranjos produtivos locais, que têm bom potencial, pois garantir que o modelo é ótimo porque ele se garante financeiramente é muito pouco; apontou que SEBRAE e outras instituições têm expertise nesse setor e que talvez a solicitação de um auxílio à eles seja benéfica. Marcus chamou a próxima a falar, Sandra (SEMA Guapimirim) coordenadora da Câmara Temática de Educação Ambiental e Cultura do CONPARNASO (CTEA), que apresentou a Carta Aberta gerada em reunião da CTEA e que se encontra em anexo. Cecília (ICMBio) apontou que sua dúvida principal é relativa à demanda que não está muito clara, pois não há muitos dados, principalmente na parte da lista de sugestões, onde não há quantificação, porcentagem de entrevistados, e depois aparecem produtos que não surgiram dessa demanda, então questionou de onde veio essa demanda e qual estudo embasa essa demanda, indagou se a própria consultoria fará um estudo de demanda e, se sim, como seria feito e em qual momento. Marcus apresentou as próximas perguntas enviadas pelo *whatsapp*: Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte) questionou o que o apoio ao desenvolvimento socioambiental mencionado significa em termo de ação concreta. Quanto ao número de técnicos e seus perfis de qualificação, sugeriu que é importante ter aspectos definidos no edital para que seja possível o controle na execução do trabalho. Alertou ainda que fazer um mega escopo de concessão incluindo reformas e reconstruções poderá elevar os preços da visitação pública a níveis excludentes, portanto questionou como será garantido que isso não ocorra, pois não fará sentido reformar essas infraestruturas para suprir uma maior capacidade se não houver visitação; segundo ele, talvez seja melhor separar necessidades de construção civil das de gestão de áreas silvestres, como a área de pesquisa, em gestões de contratos diferentes de concessão, com um contrato menor e mais simples ao invés de um mega contrato arriscado e extremamente complexo. Em seguida, Marcus lê um comentário feito pela professora Clara via *whatsapp*, que reconheceu as dificuldades da operação do uso público no contexto

atual das condições oferecidas pelo ICMBio, que estão longe de serem satisfatórias, e que ela acha importante colocar como encaminhamento um calendário de reuniões para discussão e construção para proposta de delegação. Gustavo respondeu aos questionamentos do professor Marcelo com relação aos arranjos produtivos locais, dizendo que procurarão entender melhor as contribuições e verificar como a questão está sendo adequada ao projeto, para isso solicitou que tais contribuições sejam enviadas um pouco mais elaboradas sobre o que é pretendido pois não ficou muito claro como poderia agregar essa questão ao projeto e ao trabalho prestado; Danielli falou que é preciso entender melhor em que medida e como seria as contribuições sugeridas pelo professor, para que respondam com mais propriedade. Gustavo retomou para falar sobre a contribuição da CTEA e solicitou envio da Carta lida por Sandra, pra para que possam responder ponto a ponto e entregar todas as informações da melhor forma possível como foi feito com a primeira Nota Técnica, para que tudo seja atendido a contento do Conselho e suas Câmaras Temáticas. Em relação à demanda questionada pela Cecília, Gustavo respondeu que é um trabalho conjunto, pois há os especialistas em UC e especialistas em demanda, e o grupo da consultoria possuem várias atribuições diferentes, portanto eles tentam agregar o conhecimento de todos os lados; ressaltou que a equipe que está fazendo a parte de engenharia daqui é a mesma que está fazendo no parque Ibirapuera, portanto possuem bastante experiência, mas sobre a questão do spa, por exemplo, explicou que faz parte de um mapeamento de oportunidade e que não é obrigatório, além disso há o trabalho realizado pela equipe da demanda com dados do questionário com informações que o próprio ICMBio já aplicou, e que na correção dos produtos já foram pedidos esses dados. Danielli afirmou que a questão do spa foi colocada pois a equipe da consultoria viu como uma oportunidade, mas a equipe do ICMBio vetou essa ideia, enfatizou que tudo está sendo analisado e conversado pois às vezes as ideias vêm de outros projetos e são inclusos no mapeamento de oportunidade para depois serem filtrados; Gustavo explicou que isso é comum em vários projetos que inicialmente identificam muitas oportunidades e por fim o que permanece são as estruturas básicas. Referente à questão do número de técnicos abordada pelo Alexandre, Gustavo responde que não ficou muito claro se são técnicos do ICMBio ou se são os do concessionário, ele explica que os técnicos do concessionário irão tratar dos serviços de visitação e apoio ao uso público, diferente da capacitação e atribuições que os servidores do ICMBio têm e irão ter. Sobre como as reformas podem impactar no preço dos ingressos, apontou que é um tópico que já foi falado e solicita a ajuda de todos para averiguar o que de fato deve estar e o que deve ser retirado para não

encarecer o produto e ser bom para todos os lados. Sobre o calendário de reuniões solicitado pela professora Clara, Victor (ICMBio) explicou como isso está sendo tramitado tanto no Conselho quanto no ICMBio; segundo ele, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no NGI em que participam os servidores que se interessaram em contribuir, que já houve uma primeira reunião e que será seguido um calendário interno do NGI com esse GT que a própria CGEUP já conhece, ele explica que é um GT que vai subsidiar a chefia do NGI para repassar as demandas para CGEUP, e de acordo com ele, em paralelo a isso, a Câmara Temática de Delegação de Serviços já vem fazendo reuniões, e o calendário da Câmara deve ser definido pela própria. Gustavo complementou colocando a equipe à disposição, seja online ou presencialmente. Leonardo complementou, para deixar alinhado sobre a questão recorrente sobre as etapas dos produtos: explicou que o P1 e o P2 estão sendo entregues agora e que passarão a analisar se tudo que foi solicitado pelo Parque e pelo Conselho foi atendido; a partir do momento que o modelo dialoga com o que o Parque e o ICMBio preconiza, só aí será o momento de ter novamente a reunião como a que está acontecendo hoje, que será o de olhar o que ICMBio enxerga junto ao BNDES e a consultoria para o PARNASO. Victor reforçou o que Gustavo falou sobre antecipação de etapas, que ainda não estava no momento de discutir os produtos, mas como estava havendo muito ruído e dificuldade de todos entenderem, preferiu antecipar essa reunião para acabar com os anseios e discussões paralelas e ser possível caminhar em conjunto. Gustavo complementou dizendo que irão trazer a proposta numa outra reunião do mesmo jeito, fazendo uma apresentação, falando sobre o que entenderam, dos resultados que foram obtidos para que todos possam dar mais contribuições. Danielli enfatizou que as perguntas do Marcelo serão respondidas depois e que, com relação ao monitoramento do impacto da fauna e flora, ela acredita na possibilidade de incluir em alguma cláusula; afirmou que talvez não dê para agregar estudos, pois já existe um programa de monitoramento, sendo assim, será visto o que é de responsabilidade do ICMBio e o que é da concessionária. Sobre a lei do estudo de impacto de vizinhança que ele também abordou, ele solicita uma explanação melhor; e quanto a preservação da sociodiversidade ela afirma que existe uma diretoria no ICMBio que trata dessa sociodiversidade. Renata Jiamelaro (Guia de Turismo Cadastur) aproveitou para sugerir que na reforma do abrigo seja considerado ter armários para condutores guardarem equipamentos, melhorando assim a logística do guia e dando maior conforto ao visitante. Gustavo respondeu que há duas formas de agregar essa questão ao projeto: a primeira delas é a de adequar o referencial com esse pedido no projeto, ou na pós contratação, após o contrato assinado, a

concessionária mostra seu projeto executivo e o ICMBio faz uma avaliação verificando se irá atender ou não as diretrizes que foram postas. Afirmou que essa questão será inclusa no referencial e no segundo momento o ICMBio vai fazer a avaliação para averiguar se estará contemplado também. Victor finalizou a reunião agradecendo a todos que compareceram, também a presença da CGEUP e o BNDES, e aproveitou para levantar a discussão sobre como será mantida a reunião, se mantém a reunião de forma híbrida com todas as dificuldades passadas, ou se mudam para totalmente presencial ou totalmente online, pediu para que haja essa discussão no grupo do CONPARNASO. Danielli agradeceu a oportunidade, se pôs à disposição de todos para que todas as dúvidas sejam sanadas, declarou que o ICMBio está aberto para o diálogo e que é a vontade de todos que o PARNASO seja uma das melhores unidades de conservação, levando as principais premissas do ICMBio e que, portanto, todas essas contribuições serão colhidas para agregarem da melhor forma; agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às 14 horas.

PRESENTES:

Conselheiras/os:

Victor Paulo Azevedo Valente da Silva, Presidente do CONPARNASO – ICMBio

Ilka Beatriz Fernandes – Prefeitura de Petrópolis

Vitor Cunha – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis / Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis

Ricardo de Barros Mello Filho – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis / Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis

Wander Guerra – Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim

Alexandre de Almeida – Instituto Tecnoarte

Cristina Lyda – Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO

Selma Vianna - Set Produções

Francisco ‘Chicão’ Pontes de Miranda Ferreira – INNATUS

Waldecy Mathias Lucena – FEMERJ

François Carvalho de Paiva – UNICERJ

Clara Carvalho Lemos - UERJ

Fábio Hepp - UFRJ

Carlos Eduardo Grelle - UFRJ

Ângela França de Oliveira – Agenda 21 de Guapimirim

Clarisse Isnard – Associação de Moradores da Cascata dos Amores - AMCA

Renata Gouveia – Associação de Moradores e Amigos do Quebra Frascos

Marcia Vieira – Associação de Moradores do Garrafão

Tiemi Yoshikawa – Rede Brasilidade Solidária - RBS

Markus Budzynkz – APEDEMA-RJ

Vera Martins - ADEFIMPA

Antônio Linhares Sobrinho - ACERDAT

Marcelo Aranda Storti – ACAMPAR-RJ Orgânicos

Aguardando homologação e posse:

Taiane Paniçollo - Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade de Magé

Daiane Teixeira - Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade de Magé

Fabio Nascimento – Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA

Doma Lima – Ciclos Consultoria

Sandra Arruda – União dos Escoteiros do Brasil - UEB

Letícia Leal – Centro Excursionista Petropolitano - CEP

Thiago da Cruz Alves – Fórum Itaboraí FIOCRUZ Petrópolis

Erika Cortines - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto – Comitê Piabanha

Convidadas/os:

Marcus Machado Gomes – ICMBio, Secretaria Executiva do CONPARNASO

Sophia Resende de Freitas – ICMBio, Secretaria Executiva do CONPARNASO (apoio)

Danielli Roig Fernandes - CGEUP/DIMAN/ICMBio

Carlos Henrique Velasquez Fernandes – CGEUP/ICMBio

Gustavo Calil – BNDES

Anielle Monteiro - Secretaria Municipal de Turismo de Teresópolis

Cecilia Cronemberger de Faria - ICMBio

Eduardo de Sousa Antunes Júnior - ICMBio

Elizabeth Mazzi Wandelely - Secretaria Municipal de Turismo de Teresópolis

Flavio Câmara - Petrópolis Convention and Visitors Bureau - PCVB

Gabriela Rodrigues dos Santos de Moraes

Gabriel Dreyfus Weibert Cattan (ICMBIO)

Gerlaine Costa - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé

Jorge 'Julião' Nascimento – ICMBio

Karina Wilberg - Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-RJ

Klinton Vieira Senra - ICMBio

Leonardo Martins Gomes - ICMBio

Maicon Rocha - condutor

Mariana Bastos

Matheus

Monique

Nathália Leal Lopes da Silva – PIBIC/ICMBio

Nelson Toledo

Olivar José Salles Bendelak - ICMBio

Paula de Abreu Moraes -UFRRJ

Priscila M. C. Santos - ICMBio

Renata Jiamelaro - Guia de Turismo Cadastur

Rodrigo Carvalho

Rubirajara R. Reis- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé

Suely Tebaldi Pedrosa - ICMBio

Tatiana Dunshee

Victor Devai – Coletivo Ponto de Luz

Vinicius Viegas